

Líderes da greve da PM estão presos

RENATO ALVES

**PRISÃO FOI PEDIDA
PELO MINISTÉRIO
PÚBLICO MILITAR;
JUÍZA ENTENDEU
QUE CATEGORIA
RADICALIZOU**

JAIRO VIANA

Os líderes do movimento grevista na Polícia Militar estão presos, por ordem judicial. A juíza da Auditoria Militar Maria Ivatônia dos Santos decretou, ontem, a prisão preventiva do cabo PM Sidney da Silva Patrício, do sargento PM Iron Pereira Godinho e do cabo do Corpo de Bombeiros Geovani da Silva Carvalho. A prisão ocorreu a pedido do Ministério Público Militar, porque os três incitavam a desordem e a quebra da disciplina na corporação e ameaçavam invadir um quartel da PM.

Segundo o comandante-geral da PM, coronel Ruy Sampaio, Godinho e Patrício estão recolhidos na 3ª Companhia Militar Independente, no complexo penitenciário da Papuda. E Geovani, no quartel do Corpo de Bombeiros. O ex-cabo Aires Costa é o único em liberdade.

Os militares pretendiam tomar de assalto uma unidade estratégica da PM, após a assembléia marcada para as 9h de hoje no Gran Circo Lar, na Esplanada dos Ministérios. De acordo com o arrazoado da decisão da juíza, durante reunião realizada na quinta-feira 10, na Praça do Relógio, em Taguatinga, o cabo Patrício afirmou que "temos que fazer uma assembléia na Esplanada dos Ministérios. Lá nós vamos

divulgar a unidade que vamos tomar de assalto. E aí, os companheiros que estiverem na guarda que me desculpem, porque nós vamos fardados e armados para combater o inimigo, e o companheiro que não quiser o aumento é o inimigo. Companheiro que me desculpe, nós vamos até o final".

Pesou na decisão judicial a radicalização do movimento, que promoveu uma baderna naquela mesma quinta-feira ao final de assembléia. O grupo armado e encapuzado tentou invadir o 2º Batalhão da Polícia Militar, em Taguatinga Norte. Usando veículos com placa encoberta os militares jogaram pedras, latas e sacos de lixo contra o quartel, que atingiram o Corpo da Guarda, danificaram o caixa eletrônico do BRB e veículos da corporação. As pedradas causaram lesões corporais no capitão Júlio César e no cabo Manoel Messias dos Santos, de acordo com ocorrência registrada na 12ª Delegacia de Polícia.

Godinho ameaçou chamar todas as viaturas que estivessem na rua, na hora da assembléia, para cercar o quartel. "Porque nós vamos marchar, pegar os paus (armas) e vamos tomar a unidade. E essa unidade é estratégica, porque o comando não pode saber qual a unidade que vamos tomar; nós vamos tomar de assalto sem o comando saber".

Segundo o promotor Militar Paulo Gomes, as declarações de Patrício e Godinho foram retiradas das fitas cassete gravadas durante a assembléia de quinta-feira. "As prisões foram pedidas para manter a ordem pública, garantir a hierarquia e a disciplina nos quartéis", afirmou.



DEPOIS de ser detido, o cabo Patrício, líder do movimento, foi transportado em um carro do Batalhão de Operações Especiais

Primeira prisão foi decretada em março

Os três militares da ativa acusados de insuflar os companheiros, cabos Patrício e Geovani e sargento Godinho, foram presos preventivamente, em 16 de março, pelo mesmo motivo. No entanto, após negociação com o procurador-geral de Justiça do Ministério Público, Eduardo Albuquerque, eles tiveram a prisão relaxada, a pedido do próprio Ministério Público, pois haviam cessado os motivos que levaram à decretação da prisão pela Justiça Militar.

A época foi concedido aos três o benefício da menagem (suspensão temporária da prisão).

No entanto, os militares retomaram o movimento grevista na semana passada, quando promoveram uma baderna em Taguatinga Norte, após assembléia da categoria. Por isso, o Ministério Público Militar pediu a decretação de nova prisão preventiva, com base nos artigos 155, 166 e 188 do Código Penal Militar.

Em sua decisão, a juíza Maria Ivatônia considerou a situação "gravíssima", exigindo pronta e imediata resposta do Poder Judiciário, como exposto pelo Ministério Público. Ela lembrou que se o direito de greve existisse (no caso dos militares) não menos certo restaria que inclinável seria tivesse a manifestação um caráter pacífico. "Se de outras categorias se deve exigir que a ordem e a paz social não sejam violadas, muito mais se há de exi-

gir daqueles que, em última análise, têm a obrigação precípua de zelar pela ordem pública".

Os militares reivindicam reajuste salarial idêntico ao concedido pelo Governo Federal às Forças Armadas, de 31% dividido em três vezes, a partir de 1º de janeiro. No entanto, o repasse do aumento salarial aos militares do DF está sendo negociado por representantes do governador Joaquim Roriz com a área econômica federal.